

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Resolução

- **Projeto de Resolução n.º 2109/XIII/4.ª**, CDS-PP, Recomenda ao Governo a criação de um grupo de recrutamento de docentes na área da intervenção precoce na infância

3.1.2. Baixa de iniciativas para apreciação na especialidade

- **Projeto de Resolução 1522 | XIII | 3** Requalificação da Escola Secundária de Barcelinhos
- **Projeto de Resolução 1534 | XIII | 3** - Pela urgente reabilitação da Escola Secundária de Barcelinhos - Barcelos

3.2. Audição Pública sobre a aplicação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular

3.3. Relatório da audiência à Associação de Municípios da Região de Setúbal, realizada pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Transferência de Competências na Educação

3.4. Pedido de audiência da CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais, sobre a nova obrigação declarativa, o Registo Central Beneficiário Efetivo.

3.5. Pedido de audiência do Laboratório Colaborativo ProChild Against Poverty and Social Exclusion (ProChild CoLAB) que pretende uma reunião com a Comissão para apresentação dos projetos de ProChild CoLAB

4. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Lei

4.1. Projeto de Lei 1117| XIII| 4, PCP, Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico

4.2. Projeto de Lei 1121| XIII| 4, PAN, Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas

4.3. Projeto de Lei 1120| XIII| 4, PCP, Plano extraordinário de alojamento temporário para estudantes no ensino superior público

5. Discussão de Projetos de Resolução

5.1. Projeto de Resolução n.º 795/XIII/2.ª, PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras na Escola Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo

5.2. Projeto de Resolução n.º 796/XIII/2.ª, PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras na Escola André de Gouveia em Évora

5.3. Projeto de Resolução n.º 1845/XIII/4.ª, PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras estruturantes na Escola Secundária e na Escola Básica nº 1 de Vendas Novas

6. Audição da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, por requerimento do PCP, sobre a falta de pessoal não docente nas escolas

7. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

- **Petição 614/XIII/4** – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a revisão do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”
- **Petição 616/XIII/4** – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce”.

8. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 67 e 68

- Votação indiciária já realizada no Grupo de Trabalho da Educação Especial

9. Outros assuntos

10. Data da próxima reunião

- 23 de abril – 15h – Audição regimental MCTES
- 24 de abril – 15h - Audição do ME, por requerimento do PCP e regimental

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O PS pediu antecipadamente o adiamento do ponto 8 da Ordem do Dia. A proposta da Ordem do Dia, com essa alteração, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação de ata

Não foi distribuída nenhuma ata para aprovação.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

3.1.1. Projetos de Resolução

Na sequência da baixa à Comissão do Projeto de Resolução n.º 2109/XIII/4.ª, CDS-PP, Recomenda ao Governo a criação de um grupo de recrutamento de docentes na área da intervenção precoce na infância, a Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que pretendem a sua discussão no Plenário.

3.1.2. Baixa de iniciativas para apreciação na especialidade

Na sequência da baixa à Comissão, para apreciação na especialidade, do Projeto de Resolução 1522| XIII| 3, Requalificação da Escola Secundária de Barcelinhos e do Projeto de Resolução 1534| XIII| 3, Pela urgente reabilitação da Escola Secundária de Barcelinhos – Barcelos, foi aprovado por unanimidade um texto final de fusão das 2 iniciativas, pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.2. Audição Pública sobre a aplicação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular

A Comissão deliberou realizar a audição no dia 5/6/2019 (4.ª feira), das 9h30 às 13h00. Os serviços enviarão uma proposta de entidades a consultar, para apreciação.

3.3. Relatório da audiência à Associação de Municípios da Região de Setúbal, realizada pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Transferência de Competências na Educação

O relatório foi aprovado por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.4. Pedido de audiência da CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais, sobre a nova obrigação declarativa, o Registo Central Beneficiário Efetivo.

A Comissão deliberou realizar a audiência numa próxima reunião da mesma.

3.5. Pedido de audiência do Laboratório Colaborativo ProChild Against Poverty and Social Exclusion (ProChild CoLAB) que pretende uma reunião com a Comissão para apresentação dos projetos de ProChild CoLAB

A Comissão deliberou realizar a audiência por Deputado piloto, a indicar pelo PS.

4. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Lei

4.1. Projeto de Lei 1117| XIII| 4, PCP, Determina como única consequência pelo incumprimento do pagamento das propinas o não reconhecimento do ato académico

Adiado a pedido do PS.

4.2. Projeto de Lei 1121| XIII| 4, PAN, Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de Agosto, estabelecendo mecanismos de regularização de dívida por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas

Adiado a pedido do PS.

4.3. Projeto de Lei 1120| XIII| 4, PCP, Plano extraordinário de alojamento temporário para estudantes no ensino superior público

Adiado a pedido do PCP.

5. Discussão de Projetos de Resolução

5.1. Projeto de Resolução n.º 795/XIII/2.ª, PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras na Escola Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo

Intervieram na discussão os Deputados António Costa da Silva (PSD), Norberto Patinho (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), estando a informação respetiva disponibilizada no Projeto de Resolução.

5.2. Projeto de Resolução n.º 796/XIII/2.ª, PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras na Escola André de Gouveia em Évora

Adiado a pedido do CDS-PP.

5.3. Projeto de Resolução n.º 1845/XIII/4.ª, PSD, Recomenda ao Governo que adote medidas que permitam a realização de obras estruturantes na Escola Secundária e na Escola Básica nº 1 de Vendas Novas

Intervieram na discussão os Deputados António Costa da Silva (PSD), Norberto Patinho (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Mesquita (PCP), estando a informação respetiva disponibilizada no Projeto de Resolução.

6. Audição da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, por requerimento do PCP, sobre a falta de pessoal não docente nas escolas

O Presidente da Comissão deu as boas-vindas à delegação da Federação (cuja composição está disponível na página da Comissão) e lembrou a grelha de tempos da audição.

A Deputada Ana Mesquita (do Grupo Parlamentar do PCP, Grupo autor do requerimento) enquadrou o requerimento da audição, referindo que se verifica uma situação prolongada de falta de trabalhadores na escola pública, particularmente pessoal auxiliar, mas também administrativo e técnicos especializados e informou que o PCP apresentou uma proposta de alteração dos rácios de pessoal auxiliar, dado que a Portaria que lhe introduziu ajustamentos ainda precisa de mais alterações. Enfatizou depois a enorme contratação de pessoal a termo resolutivo certo e a tempo parcial, questionou as divergências dos números do pessoal envolvido, perguntou que números de pessoas são necessários, quantos faltam para cumprir o rácio, se continuam a faltar pessoas mesmo que o rácio seja cumprido e quais os números em falta.

Referiu depois que a precariedade está ligada com a falta de pessoal e perguntou o que consideram que devia ser feito e se o Governo tem estado aberto à criação de carreiras específicas deste pessoal. Considerou depois que as baixas estão ligadas com a sobrecarga do pessoal e questionou a criação de uma bolsa de trabalhadores, tendo manifestado preocupação

face à situação e à atenção a ter em relação aos direitos dos trabalhadores. A terminar, solicitou a explicitação das propostas que a Federação tem feito ao Governo.

Os representantes da Federação referiram o seguinte, em resumo:

1. Não há uma avaliação do número de trabalhadores necessários nas escolas, mas há um estudo feito pela ANDE, Associação Nacional de Dirigentes Escolares, que indica que faltam 1.000 trabalhadores para cumprir a Portaria e ainda são necessários mais;
2. Foram contratados 2.550 trabalhadores após a Portaria, mais 3.000 no início do ano e a Federação reivindica 6.000 trabalhadores novos, mais a integração de todos os que já estão contratados;
3. O Governo contratou 2.550 trabalhadores com contrato a termo e manteve a precariedade, quando devia ter feito contratos por tempo indeterminado;
4. O concurso para 1.065 vagas não dá para integrar todos os contratados que já estão nas escolas, pelo que não geram aumento de pessoal nas mesmas;
5. O problema das baixas precisa de ser resolvido e as prolongadas estão ligadas ao aumento da idade do pessoal;
6. Rejeitam a solução da bolsa de pessoal e defendem que os contratados tenham um posto de trabalho com um local definido;
7. Reivindicam carreiras especiais para o pessoal não docente, para estabilizar os trabalhadores;
8. O PREVPAP, programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública, é um processo muito pesado em termos administrativos, havendo cerca de 2.000 processos de trabalhadores avaliados e 2.000 esperam validação política e há trabalhadores que ficam de fora;
9. Há cerca de 3.000 trabalhadores a tempo parcial, que saem em junho de 2019, e cerca de 2.500 a termo certo e não se sabe se vão ser integrados até final de agosto de 2019.

Interveio depois a Deputada Liliana Silva (PSD), indicando que só compreende bem a situação quem viveu muitos anos nas escolas e enfatizando que há muitas questões relacionadas com a idade do pessoal. Considerou depois que a Secretária de Estado indicou as vagas do concurso, mas estas são apenas para o pessoal que já está na escola e defendeu que o pessoal auxiliar é essencial para o funcionamento da escola e o PSD já pediu esclarecimentos ao Governo sobre a situação. A terminar, perguntou se a Federação tem um mapeamento regional da falta de pessoal.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) indicou várias medidas desenvolvidas pelo Governo na atual legislatura e referiu que a situação no início da mesma era muito desumana, com muita precariedade e atualmente, através do PREVPAP, estão a regularizar a situação de muitos trabalhadores, tendo perguntado se concordavam com a intervenção positiva deste programa. Questionou depois qual a solução que propunham para substituições temporárias (sendo que a Federação tinha considerado que a bolsa de trabalhadores não era adequada). Defendeu ainda que entendem que o trabalho do Governo tem sido no caminho certo e perguntou à Federação que balanço faziam do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

A Deputada Joana Mortágua (BE) mencionou que o trabalho com precariedade e o contrato emprego-inserção são inaceitáveis e geram rendimentos muito baixos. Referiu depois a revisão da Portaria dos rácios por este Governo e considerou que os mesmos são insuficientes, devendo ser novamente revistos. Indicou também que o BE apresentou um projeto para recuperação das carreiras específicas na educação, a negociar com os sindicatos e perguntou se o Governo tinha negociado essa matéria. Equacionou ainda a substituição do pessoal e a possibilidade de a mesma ser feita sem vínculo precário, perguntando quais as soluções possíveis. A terminar, enfatizou que muitas Câmaras estão a adiar o recrutamento de pessoal, atento o processo de transferência de competências para os municípios.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que os auxiliares das escolas são uma classe envelhecida e as escolas têm falta desse pessoal desde logo pelo não cumprimento dos rácios. Questionou depois se é preciso rever a Portaria ou fazê-la cumprir e enfatizou que o concurso agora aberto não origina mais pessoal, mas apenas a vinculação do atual. Perguntou depois, em relação aos números atuais do PREVPAP, quantos estão homologados e quantos estão em concurso.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu a recuperação das carreiras específicas, a valorização das mesmas, o fim da precariedade, a contratação com direitos e a revisão da Portaria dos rácios. Questionou depois a razão por que não está a ser implementado o mecanismo geral de substituição de trabalhadores e defendeu que a transferência de competências para as autarquias eternizará a precariedade do pessoal.

Na sequência das questões e das observações feitas, os representantes da Federação referiram o seguinte, em síntese:

1. Todos os Governos têm vindo a contribuir para se ter chegado à situação atual;
2. No passado foi criada uma carreira específica para os auxiliares e depois eliminada;
3. Os dados da falta de pessoal não docente não estão atualizados;
4. O problema são os direitos dos trabalhadores e também o funcionamento das escolas, faltam assistentes operacionais e também assistentes técnicos;
5. O PREVPAP é bom, mas é muito pouco, havendo, a nível de toda a Administração Pública, cerca de 13.000 pessoas regularizadas, num total de mais de 100.000 contratados;
6. O Governo do PS contratou milhares de pessoas a tempo parcial;
7. Discordam da existência duma bolsa de pessoal e propõe a criação de uma carreira específica, que resolverá os problemas de polivalência, substituição e outros;
8. Solicitam o fim da precariedade;
9. Defendem a substituição imediata da Portaria dos rácios, com uma fórmula que responda às necessidades, como propõe a ANDE;
10. Há contratação de pessoas sem condições para as funções;
11. O peso do contrato emprego-inserção diminuiu, mas irá aumentar com a transferência de competências para as autarquias;
12. A transferência de competências está a ser feita sem os trabalhadores se pronunciarem, muitas Câmaras não estão preparadas para o efeito e porá em causa a universalidade e a coesão nacional a nível da educação, abrindo a porta a privatização;

13. Os processos dos técnicos especializados só agora começaram a ser analisados no âmbito do PREVPAP e há indicação de que aqueles que estão a tempo parcial não serão integrados, entendendo a Federação que todos são necessários para o bom funcionamento das escolas.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

7. Apreciação e votação de admissibilidade de petições

- 7.1. Petição 614/XIII/4** – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a revisão do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, a petição, com 8.652 subscritores, foi admitida por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. O PS indicará posteriormente o Deputado relator.

- 7.2. Petição 616/XIII/4** – FENPROF - Federação Nacional dos Professores – “Solicitam a criação de um Grupo de Recrutamento da Intervenção Precoce”.

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, a petição, com 4.065 subscritores, foi admitida por unanimidade pelos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. O PSD indicará posteriormente o Deputado relator.

8. Votação na especialidade das propostas de alteração apresentadas no âmbito das Apreciações Parlamentares n.ºs 67 e 68

Adiado, a pedido do PS.

9. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

10. Data da próxima reunião

- **23 de abril** – 15h – Audição regimental MCTES
- **24 de abril** – 15h - Audição do ME, por requerimento do PCP e regimental

A reunião foi encerrada às 12:04 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de abril de 2019

O PRESIDENTE DA COMISSÃO


(Alexandre Quintanilha)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Manuel Leitão Marques
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Sónia Fertuzinhos
António Costa Silva
José Cesário
Liliana Silva
Maria Lopes
Norberto Patinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Germana Rocha
Susana Amador